



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CAMINHOS E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

Antonia Angela de Lima

Francineuda Gomes Rolim

Jaaziel Rodrigues da Silva Marinho

Maria Loureto de Lima

RESUMO

Este trabalho objetiva descrever e analisar os obstáculos enfrentados por crianças com deficiência auditiva, dentro do programa de educação especial, numa escola regular. Esta pesquisa é qualitativa e de caráter descritivo e explicativo. Apresenta-se uma pesquisa bibliográfica, um estudo de caso referente a inserção da criança surda no sistema educacional e um trabalho de observação das reais condições. Percebeu-se que faltam informações básicas sobre deficiência, o que aumenta o preconceito, resultando muitas vezes no atendimento inadequado a esta parcela da população. No intuito de oferecer um serviço especializado, acaba-se, na verdade, privando-os do convívio com as demais pessoas da sua comunidade.

Palavras-chave: Educação; inclusão; deficiência; surdez.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em prática educacional voltada ao processo de inclusão social, se está falando de uma construção de uma sociedade democrática, na qual todos conquistam sua cidadania; a diversidade precisa ser respeitada a partir do reconhecimento político das diferenças. Pode-se dizer que a ideia de inclusão buscar reconhecer e aceitar a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. Enxergar os Portadores de Necessidades Especiais, com cidadãos aptos a contribuir com o crescimento de desenvolvimento da sociedade, é o primeiro passo para a inclusão, para o rompimento das barreiras que a falta de conhecimento sobre o atendimento dessas necessidades, podem levar a efetivação do preconceito contra essas pessoas.

Intensifica-se, na sociedade atual, a discussão sobre a inclusão, como um paradigma que considera a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Há alguns estudos que relatam a vivência e processo de aprendizagem de alunos surdos em classes regulares sob a proposta da Educação Inclusiva.

Essa inclusão deve começar no processo educativo. Pois é na escola que passamos boa parte do nosso tempo, é na escola que aprendemos as primeiras lições

sobre as relações que podemos e vamos fazer com as outras pessoas. Se uma escola é consciente nesse sentido, ela sendo inclusiva, assim como todos os profissionais que atuam nele, pode a partir disso inserir as pessoas portadoras de Síndrome de Down com mais facilidade, reconhecendo eles como sujeito de direitos, e por isso devem ser vistos e tratados com respeito e dignidade.

A Educação inclusiva é uma prática que vem crescendo no Brasil tendo seu início em 2003, pelo Ministério da Educação, com objetivo geral de garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais ao sistema educacional público. Mas o atendimento as pessoas com deficiência é bem mais antigo, teve início na época do Império com a criação do Imperial Instituto dos Cegos, em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant, e Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, ambos no Rio de Janeiro. No século XX fundou-se o Instituto Pestalozzi, em 1926, e, em 1954 é fundada a primeira APAE. Já em 1945 Helena Antipoff cria o primeiro atendimento especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi. (JUNIOR&LIMA, 2011).

Os avanços sobre o tema se deu através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Onde se assumiu o compromisso de dar a todos uma educação de qualidade e a inserção de PNEE na escola regular. Esse grande avanço demorou em se tornar uma realidade no nosso país. As práticas inclusivas promovidas dentro da escola refletem como o

mercado de trabalho e a sociedade enxerga os PSD.

Este artigo está dividido em dois capítulos: o primeiro apresenta um diálogo com os autores que falam sobre a educação e a noção de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais; o segundo capítulo estabelece um diálogo com a literatura sobre surdez, sua relação com a linguagem e aprendizagem, expõe-se um histórico da educação inclusiva e sua atuação no Brasil; além da metodologia envolvida na prática do ensino inclusivo e, por último, apresenta-se as considerações finais. Portanto, os dados desta pesquisa apontam para a importância de uma formação adequada para atender alunos com deficiências, principalmente a partir da política de integração e inclusão dos alunos de turmas regulares.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, ou seja, não houve preocupação em registrar números, o estudo foi dirigido em busca da compreensão de como se dá o papel do professor na educação inclusiva, através de livros sobre a temática.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse. É um passo decisivo em qualquer

pesquisa científica, uma vez que elimina a possibilidade de se trabalhar em vão, de se desperdiçar tempo com o que já foi solucionado.

Passos da Pesquisa Bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica compreende: escolha do assunto, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, redação. O assunto será delimitado e preciso; ao geral, amplo, será preferido o restrito. Exige, portanto, que seja escolhido assunto condizente com a capacidade do pesquisador, de acordo com suas inclinações e gosto pessoais. Outros fatores que devem ser considerados: tempo para realizar a pesquisa e existência de bibliografia pertinente ao assunto. Evitem-se assuntos pouco aprofundados ou sobre os quais pouco foi escrito, isto é, cujo conhecimento é ainda duvidoso e superficial. Depois de escolhido o assunto, passa-se para sua delimitação, o que vem a constituir-se no tema. Favorecem à delimitação do assunto: o uso de adjetivos explicativos e restritivos, de complementos nominais, de adjuntos adverbiais. Exemplos: Redação escolar no Ensino Fundamental. Experiências no ensino de redação para o Ensino Médio. Normas Gerais para os Trabalhos Científicos nos Cursos de Graduação Após o estabelecimento do tema, que é o assunto devidamente delimitado, passa-se à fase de leitura e fichamento. Há autores que recomendam como passo seguinte o estabelecimento de um plano provisório. Evidentemente, com o transcorrer da pesquisa, o plano pode ser alterado. Para a elaboração do plano, leve-se em conta que deverá ter: introdução (formulação do tema, importância dele, justificativa da

pesquisa, metodologia a ser empregada); desenvolvimento (fundamentação lógica do trabalho, explicação do tema, discussão, demonstração). O desenvolvimento deve ser dividido em tópicos. Finalmente, a conclusão exige que tudo seja sintetizado (MEDEIROS, 2000, p. 40-42).

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes.

As pesquisas de revisão bibliográfica ou revisão de literatura são aquelas que se valem de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congressos etc., não se dedicando à coleta de dados in natura, porém não configurando em uma simples transcrição de ideias. Para realizá-la, o pesquisador pode optar pelas revisões de narrativas convencionais ou pelas revisões mais rigorosas.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROBLEMATIZAÇÕES

A prática da inclusão na escola deve ir além da noção de apenas colocar o aluno com necessidades especiais na sala de ensino regular, é preciso oferecer condições reais de aprendizagem. Segundo Góes (1996), entre as principais dificuldades ao aprendizado do

aluno surdo em classe regular estão a falta de equipamentos e despreparo das escolas regulares para o atendimento específico desses alunos.

Segundo Silva (2009, p. 07) “A educação, como parte integrante do mecanismo social, também busca de maneira gradativa privilegiar uma educação inclusiva favorecendo o movimento com base no princípio legal da “educação de qualidade para todos”. Isso quer dizer que é a partir da educação que se pode traçar novos e efetivos rumos para a sociedade como um todo. Ainda segundo Silva (2009):

O assunto “inclusão” deve ser tratado como um desafio e não considerado como um problema, destacando que a educação inclusiva garante que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso e permanência na escola, para isso, é necessário que os alunos com necessidades especiais tenham o apoio que necessitam. Os alunos especiais não são problemas, mas sim, apresentam desafios às instituições escolares, pois as mesmas devem encontrar mecanismos que oportunizem e ofereçam uma educação de igualdade e qualidade para todos (SILVA, 2009, p. 09).

O desafio da educação inclusiva será incluir o aluno com algum tipo de deficiência para que ele possa desenvolver suas capacidades e aprender a lidar com suas

limitações deixando de vê-las apenas como problemas, e enxergando como desafios para o seu próprio crescimento.

3.1 A deficiência e os desafios de inclusão.

A noção de Deficiência ainda é pauta de discussão que atenda a todos os elementos que podem ser uma definição definitiva. Os conceitos sobre o que significa deficiência devem começar, partindo do significado da palavra em si. Alguns estudiosos defendem que se deve primeiro definir a palavra. O termo surgiu da palavra em espanhol “*discapacidad*”, que depois de traduzido para o inglês “*disability*”. Desses dois termos que como podemos notar, são de línguas diferentes, surgiu uma união que se tornou a regra, quando se fala do termo e do tema hoje em dia.

Há estudiosos que apontam que a palavra tem origens bem antigas, que eram usadas de forma muito comum para determinar a pessoa que não tinha a capacidade de realizar alguma coisa. Nos tempos mais distantes e antigos, ser deficiente servia para aquela pessoa que por algum motivo não era capaz que contribuir com a sua tribo ou comunidade. Por causa disso que é tão difícil definir exatamente o que é deficiência, já que ela pode definir não só um tipo, mas vários tipos de pessoas que estão incapacitadas de alguma forma. No que diz respeito a forma com os portadores de qualquer deficiência eram tratados antigamente, Silva (2009) diz que:

Esse “tratamento” na antiguidade se resumia em extermínio ou proteção por motivos místicos e religiosos, alguns dos “defeituosos” do grupo eram atirados de penhasco, enterrados vivos, vistos por muitos povos como um impedimento a sobrevivência do grupo eram abandonados. [...] Mas havia povos como os Hindus que os consideravam encarnações de suas divindades e eram tratados como seres dotados de habilidades superiores. Já os Atenienses e a Roma imperial protegiam os deficientes e doentes, numa espécie de previdência social. O Renascimento trouxe consigo uma postura profissional e integrativa dos portadores de deficiência, na Idade Moderna com a intenção de proporcionar meios de trabalho e locomoção, mas Educação era marginalizado. Com a segunda Guerra Mundial veio pensamento de segregação. Com fim da guerra surgiu à necessidade de se dá mais atenção aos “deficientes”, que se diz respeito à saúde e principalmente a educação (SILVA, 2009, p. 22).

Ser deficiente é não estar de acordo com o que considerado normal, essa perda da normalidade faz com a pessoa fique a margem da sociedade na qual ela vive e deseja contribuir. As restrições, ou seja, as limitações que a deficiência trás, sendo ela física ou mental, faz com que o ser humano não consiga ter o melhor desempenho de qualquer função que ela vá fazer na sua vida. Isso faz com a pessoa com deficiência fique em desvantagem daqueles que não considerado normais.

O conceito de maneira geral sobre a deficiência está voltado para falta parcial e/ou total que uma pessoa tem de acessar

habilidades básicas. Estamos falando de funções básicas que o ser humano é dotado, tais os nossos cinco sentidos. Ou seja, se uma pessoa não tem, ou perdeu por algum motivo algum desses sentidos, ela vai estar automaticamente incapaz de fazer algumas coisas. Ou seja, isso quer dizer que ela não terá a habilidade para exercer algumas funções, por causa da limitação que ela tem.

Podemos concluir que o conceito de deficiência está ligado de forma direta ao conceito de incapacidade. Se vc não é capaz de algo, seja lá o que for, você é incapaz e portanto deficiente. Neste sentido o autor Amiralian (2001 in Almeida, 2003, p. 15), apontou os conceitos de deficiência para dois tipos, o primeiro diz respeito a incapacidade das pessoas em darem respostas diretas que tem haver com as dificuldades que elas enfrentam e a segunda tem haver com a falta ou não de mobilidade e interação física, social e econômica, ou seja, se a pessoa tem alguma deficiência física que a impede de andar para onde desejar, ela é deficiente, se alguma coisa a impede de conversar e se socializar-se com os outros, ela é deficiente, se ela é economicamente inferior ao outro e isso não a deixa ser livre pra comprar e aproveitar coisas e lugares que eles deseja, ela é deficiente.

Fica muito claro que dá um conceito só do que é deficiência é muito complicado e diria mais, bem mais complexo do que as pessoas podem imaginar. Isso é por que não citamos as deficiências que tem haver e estão relacionados com as doenças ou incapacidades

mentais. Que são cada vez mais comuns na nossa sociedade. Neste sentido, Alves (2011) defini os tipo de deficiência como sendo:

- **Deficiência Física:** no decreto nº: 3289 de 1999, art.4º, da legislação brasileira: que inclui: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
- **Deficiência visual:** decreto nº: 3289 de 1999, art. 4º. Cegueira, igual ou menor a, 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão; e os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos por igual ou menor que 60º, ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores.
- **Deficiência Mental:** que de acordo como o decreto nº: 3289 de 1999, art. 4º. Funcionamento intelectual significativamente inferior a média com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: Comunicação; Cuidado pessoal; Habilidades sociais; Utilização dos recursos da

comunidade; Saúde e segurança; Habilidades acadêmicas; Lazer; Trabalho.

- **Deficiência Múltipla:** decreto nº3289 de 1999 art.4º. Associação de duas ou mais deficiências. É uma condição heterogênea que identifica associações diversas de deficiência. Suas causas podem ser pré-natais, má formação congênita e por infecções virais como rubéola ou doenças sexualmente transmissíveis, adultos também podem ter deficiência múltipla se não fizer tratamento adequado.
- **Paralisia cerebral-lesão:** Pode ter causas pré, peri ou pós-natais sendo os principais sangramentos maternos e trauma cranial. É a forma mais rara de Paralisia Cerebral, apresentando uma incidência de apenas 5% dos casos desta patologia (em humanos).
- **Altas habilidades/superdotação:** as pessoas com altas habilidades formam grupos heterogêneos, com características diferentes e habilidades diversificadas. Os superdotados estão divididos em diferentes blocos: Capacidade intelectual geral; Aptidão acadêmica específica; Pensamento criativo; Capacidade de liderança; Talento especial para artes; Capacidade psicomotora. (ALVES, 2011, p. 35);

Podemos notar, pelo diversos tipos de deficiência que o autor citou, que os conceitos

sobre deficiência são amplos, e abraçam todos os tipos de incapacidades físicas e mentais, assim como aquelas pessoas que tem altas habilidades mentais, como os superdotados, o que pode ser surpresa pra muitas pessoas, esses tipos de indivíduos estarem nessa lista, mas se estamos falando de deficiência como a falta total ou parcial de alguma habilidade, essas pessoas, na maior parte dos casos, não possuem muitas habilidades sociais, quase sempre estão mergulhado no seu próprio mundo

Com o passar dos tempos os conceitos sobre deficiência passou por grandes transformações. Na Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CSDPD) preparada pela Organização das Nações Unidas – ONU, aprovada pelo Brasil em 2008, no Decreto nº 186, diz em seu Decreto nº 6.949/2009, da nossa Constituição Federal, trouxe um novo conceito sobre a deficiência. Essa concepção tão importante aponta que a deficiência deve verificar o momento, o contexto histórico caminhando para os elementos únicos e internos de cada pessoa, a CSDPD, conceitua deficiência como sendo:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (UNESCO, 2005, p. 56).

Essa convenção foi extremamente importante, pois não trás um conceito diretamente ligado ao elemento social e não só o conceito médico da questão. Vamos conceituar abaixo os Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, dada importância desse tema para o nosso estudo e também por que vai nos ajudar a termos mais fundamentos teóricos sobre o tema.

3.2 Inclusão e educação

A Educação Inclusiva no nosso país, surgiu na criação das creches, que estavam ligadas a história da mulher, no caso da mulher trabalhadora, que precisava deixar seus filhos em algum lugar, para que pudessem ir trabalhar, as creches foram criadas para ser uma substituta do lar, ela tinham um modo assistencialista de ser, não havia nenhuma preocupação com a parte educativa. Esse pensamento assistencial permaneceu até o final do século XIX, pegando é claro o início do século passado, ou seja, do século XX.

Com o passar dos anos, houve uma atenção especial para educação das crianças, não só no sentido assistencial, mas no sentido de preparar elas, inicialmente para o mercado de trabalho, isso no período, após a segunda guerra mundial, pois com o mundo voltando ao normal, a sociedade capitalista precisava de pessoas especializadas em algumas funções para exercer alguns tipos de trabalho.

No Brasil, depois da Ditadura, a nossa Constituição Federal estabeleceu a Educação

Infantil (EI) como um direito para todas as crianças e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, se definiu que a EI, é por lei a primeira fase e/ou etapa da educação básica no nosso país, e tem como objetivo o desenvolvimento total (integral) das crianças até 06 anos, levando em consideração seus elementos psicológicos, físicos, mentais, culturais e sociais.

No que se refere a Educação Inclusiva, a UNESCO (1994), diz que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferença que possa ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus educandos acomodando tanto estilos com ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com a comunidade. (UNESCO, 1994, p. 115).

Porém sabemos, que na prática não foi isso que aconteceu no início, pois havia uma grande preocupação de como tornar a escola um ambiente inclusivo, para as PNE. Pois não havia estrutura, nem profissionais qualificados para trabalhar como essas pessoas. Neste sentido Junior e Lima (2011, p. 6) diz que: “Mesmo a inclusão de PNEE no ensino regular sendo garantida por lei (...) há cada vez mais as separações institucionais (...) pois a exclusão

ocorre também através da “inclusão” no ensino regular (...). O que o autor quer dizer é que a lei garante a inclusão, mas na prática, quando o PNEE, ingressa na escola ele muitas vezes acabar sendo excluído.

Já existia um movimento na educação brasileira, no sentido de promover e oferecer uma educação inclusiva, onde todos independente das limitações que a pessoa possa ou não. Isso aconteceu mesmo antes de se ter lei que determinassem que isso deveria acontecer. A inclusão é um tema que precisar ter muita reflexão e principalmente um preparo no que se refere ao contexto escolar. Esse movimento de inclusão na educação exige muitas mudanças, pois há uma complexidade que não é fácil de resolver. Para Carvalho (2003) tem-se que examinar as variáveis do processo educativo escolar que envolve:

As pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); O ambiente físico (em termos de acessibilidade); Os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações); Os graus de participação da família e da comunidade (parcerias); A filosofia de educação adotada (se tradicional ou não); O projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação); A prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem); Os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos. (CARVALHO, 2003, p. 56).

A nosso ver esses fatores devem funcionar juntos, se um deles não for bem feito ou contiver alguma falha, isso pode prejudicar a inclusão escolar, pois isso pode afetar direta ou indiretamente o acesso, entrada e a permanência do aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Pois se eles encontram um ambiente escolar que não é capaz de atender as suas necessidades, isso faz com que eles não se sintam como um membro da comunidade escolar, e assim eles tendem a não permanecerem na escola por muito tempo, tendo os seus pais que procurarem outra escola. Encontram-se a maioria desses entraves acontece com mais frequência nas escolas públicas de ensino, pois hoje em dia, vemos um movimento muito intenso de escolas particulares que tem se preocupado em receber e oferecer um ambiente educativo acolhedor e de qualidades para as PNEE.

Sabemos que o processo de educação de qualquer pessoa, tem seu início na Educação Infantil, pois diante da lei brasileira, uma Educação Infantil é a base para a formação integral da criança, e as experiências vividas nessa fase da vida, são mais facilmente aprendidas e levadas para o resto da vida, por isso é preciso ter uma atenção maior em relação a ela. Uma Educação Infantil de qualidade é essencial para todo processo educativo da pessoa em si, quando a escola, os professores, os pais e comunidade estar ciente sobre isso, o processo de inclusão acontece como mais facilidade e tem resultados

significativos e imediatos para todos os envolvidos principalmente para as crianças.

A Educação tem como um de seus desafios à valorização do ser humano, de suas potencialidades para que seu desenvolvimento aconteça e seja incluso na sociedade. Tendo em vista a constituição de uma escola democrática, que garanta o acesso e a permanência de todos, de acordo com a Declaração Mundial de Educação para todos. Como princípio de inclusão propõe a adaptação.

Hoje em dia, os profissionais da Educação têm que lidar com todas as questões sobre a inclusão, pois hoje a educação deve ser ofertada para todos independente da religião, cor, sexo e condição social, isso diz respeito também as PNE. O tema inclusão deve ser visto como um desafio, mesmo que para alguns profissionais isso seja um problema, pois as escolas hoje mesmo tentando muito, não tem estrutura, apoio e nem muitos profissionais preparados para trabalhar essa questão dentro do ambiente da escola.

Sabemos que quando a inclusão não é bem feita isso pode fazer com que o aluno desista da escola, por vários motivos importantes. Um deles é a forma com que a escola e os professores os recebem. Se não fazem isso de uma forma acolhedora e amorosa como devem fazer como os outros alunos, eles se sentem rejeitados e assim não há interesse por parte deles em continuar estudando, fora o bullying, que pode acabar com autoestima da PNE, pois sabemos o quanto algumas crianças

reproduzem o preconceito que trazem de casa, os chamando de anormais, não incluindo nas brincadeiras.

O processo de inclusão deve começar com a escola, passar pelos educadores e aí ser trabalhado com os alunos, no sentido de mostrar que todos devem ser tratados com respeito, dando a eles a oportunidade de aprender e se desenvolver como qualquer outro, independente da deficiência ou incapacidade que essa pessoa tenha.

A inclusão como conhecemos hoje passou por muitos tratados, ou seja, acordo entre os países, fazendo com isso, que só a partir da década de 1990, a Educação Inclusiva, tivesse o destaque que merecia, pois eram em direção da Inclusão que a Educação no nosso país caminhava. Neste sentido, Guebert (2007), destaca dois eventos importantes:

A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), na Tailândia, e a Declaração de Salamanca (1994), contribuindo para a ampliação das discussões, no avanço de pesquisas e na busca de alternativas. A Declaração de Salamanca é utilizada atualmente como um suporte pedagógico, pois apresenta linhas de ação que visam a garantia de igualdade de oportunidades e, assim deste modo, contribui para a efetivação do processo inclusivo (GUEBERT, 2007, in FABRÍCIO, SOUZA&ZIMMERMANN, 2009, p. 41).

Esses foram os momentos históricos mais significativos para a inclusão. No mesmo

movimento a política educacional acompanhou esse processo inclusivo, e passou a oferecer elementos e estrutura para que a Educação inclusiva pudesse ser colocada da forma correta dentro do sistema de ensino brasileiro.

A inclusão, de acordo com Oliveira (2004)

Estabelece, para o sistema educacional, vários desafios: conscientização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a nova maneira de entender e educar; investimento sério na preparação continuada da equipe escolar; preparação de pessoas especializadas no tema, em nível de graduação e pós-graduação, para prestar apoio aos professores, estruturação de métodos, técnicas e recursos adequados a esse alunado; adaptação de currículo para atender às NE dos alunos em classes regulares; envolvimento de pais e pessoas da comunidade ampla nesse processo. Como é sabido e já citado acima é um processo de luta que foi travada a partir de grupos isolados na metade do século XX para garantir aos deficientes de maneira geral um atendimento mais humano, com o passar dos anos foram surgindo várias entidades que vieram a se responsabilizar para cumprir os ideais desses grupos buscando a atender as necessidades específicas de cada um. (OLIVEIRA, 2004, p. 19).

A inclusão tem levantado grandes e importantes debates sobre suas vantagens e desvantagens evidenciando posições polêmicas e controversas entre educadores e especialistas. Assim inclusão se configura

como sendo um dos assuntos muito debatidos em na nossa sociedade. Incluir é fazer com que uma pessoa, possa interagir com o meio e que esse meio lhe sirva para desenvolvimento pessoal.

Vale destaca que a inclusão diz respeito a todos os elementos que compõe o ser humanos e a sociedade. E que deve partir da Educação, pois quando qualquer pessoa, seja aquela que é considerada “normal” ou a que tem Necessidades Especiais, se senti como parte ativa de uma comunidade, ela se sente capaz e estimulada a contribuir com a sociedade, com as habilidades e capacidades nas quais ela pode e tem acesso.

Considerar a importância da presença do intérprete na sala de aula é fundamental, a escola em comum acordo, se propõe a desenvolver o projeto LIBRAS, onde uma vez por semana alunos, professores e todos os funcionários da escola participem de uma aula de libras aprendendo conceitos e sinais básicos a fim de promover uma comunicação e interação da aluna com os colegas e professores. Assim sendo, tudo isso contribuirá para que Vanessa e os alunos ouvintes progridam de forma mais significativa e que melhores resultados sejam apresentados na aprendizagem e no relacionamento aluno-escola-família.

4 DEFICIÊNCIA AUDITIVA E INCLUSÃO SOCIAL

O termo “surdo” ou surdez, Segundo Sacks (1999) é muito amplo, pois nos impede de percebermos a variedade de graus de surdez. A audição é medida em decibéis (dB), unidade sonora que afeta a intensidade, o volume dos sons, e, em Hertz (Hz), unidade que determina o comprimento de onda sonora (número de ciclos/segundo), atendendo a capacidade de perceber sons graves e agudos. Segundo Davis e Selvermann (apud DIAS, 2006, p.21), a audição normal quanto à intensidade sonora tem seu limiar situado entre a faixa de 0 a 26 dB e quanto à frequência de 20 a 2000 Hz. As frequências mais importantes para o reconhecimento da fala estão entre os intervalos de 500 a 2000 Hz.

Em estudos clínicos evidencia-se que a maioria das crianças que não fala ou têm dificuldades no aprendizado da linguagem, durante o primeiro ano de vida, pode apresentar algum tipo de deficiência auditiva, pois, estatísticas mostram que a surdez é responsável por 60% dos casos; 30% têm como causa, a personalidade das crianças, resultada de problemas no ambiente; e 10% por causas desconhecidas (DIAS, 2006, p.23).

Pode-se dizer que a deficiência auditiva é o impedimento maior para o desenvolvimento da língua oral, pois, segundo Silva (1996), a surdez prejudica a recepção da fala e sua retroalimentação essencial ao aprendizado dos atos coordenados necessários à aquisição da língua oral. A língua oral utiliza elementos simbólicos com capacidade quase infinita de construção e, sendo abstrata,

tornou-se o instrumento fundamental de comunicação do pensamento humano.

4.1. A Surdez e sua relação com a Linguagem

Segundo Vigotsky (apud DIAS, 2006, p. 27), o deficiente auditivo necessita de uma língua que possa ser adquirida espontaneamente, apenas pelo convívio social. Para eles, a língua não é vista como algo que é transmitido do adulto para a criança e aprendido pela imitação, mas se enfatiza o papel ativo da criança no fluxo dinâmico da cadeia de comunicação de seu meio social.

Nesse caso, a Língua de Sinais, parece oferecer subsídios que permite ao deficiente auditivo um desenvolvimento completo de sua linguagem, pois, sendo uma expressão da linguagem que se utiliza do visual e do gestual, acaba facilitando o aprendizado.

4.2. Educação inclusiva para deficientes auditivos: um breve histórico

No passado temos um grande descaso com as crianças com surdez. Um exemplo claro disso eram as crianças do século XVIII. Eram considerados incapazes de desenvolver a fala, de comunicar-se livremente até mesmo com pais e familiares, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares. Isolados, exceto nas grandes cidades, até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo problema, privados de alfabetização e

instrução, de todo o conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, eram considerados pela lei e pela sociedade como pouco mais do que imbecis (Sacks, 1998).

Já no Brasil o primeiro momento de atenção ao deficiente auditivo se deu no século XIX com a tentativa de institucionalização da educação de deficientes, mas o ensino propriamente dito só veio em 1856, teve início o ensino dos surdos-mudos, quando o professor francês Eduard Huet, também surdo, fundou no Rio de Janeiro, sob os “auspícios” de D. Pedro II, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos – INSM, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (DIAS, 2006).

O Instituto Santa Terezinha de São Paulo foi a segunda escola para surdos em 1923. No início da década de 50, foi promovido o primeiro “Curso de Formação de Professores para Recuperação de Deficientes da Audição e da Linguagem Falada”. Até então, os professores de

Nesses últimos anos a mídia tem sido cobrada no sentido de usar a língua de sinais na sua programação, como exemplo, nas chamadas de cada programa, informando a classificação indicativa, através da linguagem dos sinais. Também na propaganda eleitoral está sendo acessível através da utilização da Linguagem Brasileira de Sinais ou recursos de legenda, seguindo Instrução do Tribunal Superior Eleitoral, TSE.

4.3. Educação inclusiva de surdos e seus métodos de aprendizagem

Entre as várias pesquisas realizadas com a prática educacional voltada para a aprendizagem de pessoas surdas no ensino regular, pode-se destacar algumas metodologias específicas que passam necessariamente por quatro eixos, pressupostos ou correntes metodológicas como: o Oralismo, a Comunicação Total, a Língua de Sinais e o Bilingüismo. O Oralismo é predominante nos cursos de formação de grande parte dos professores que ensinam em instituições especializadas para surdos, a aprendizagem da fala é ponto central. Basicamente, suas técnicas são: o treinamento auditivo, em que há a estimulação auditiva para reconhecimento e discriminação de ruídos, sons ambientais e sons da fala; o desenvolvimento da fala, que implica em exercícios para a mobilidade e tonicidade dos órgãos envolvidos na fonação (lábios, mandíbula, língua etc), e exercícios de respiração e relaxamento (chamado também de mecânica de fala); A leitura labial, a partir de um treino para a identificação da palavra falada através da decodificação dos movimentos orais do emissor (DIAS, 2006).

No entanto, Oralismo tendem a reduzir as possibilidades de trocas sociais, devido ao não uso das expressões gestuais. Para o máximo aproveitamento auditivo, o Oralismo tem como princípio a indicação de prótese

individual, que amplifica os sons, admitindo a existência de resíduo auditivo em qualquer tipo de surdez, mesmo na profunda. Esse método procura assim, reeducar auditivamente a criança surda, através da amplificação dos sons juntamente com técnicas específicas de oralidade.

Segundo Stokoe (apud DIAS, 2006), os estudos realizados sobre a Língua de Sinais, provaram seu valor lingüístico semelhante às línguas orais e que cumprem as mesmas funções, com possibilidades de expressão em qualquer nível de abstração. O aprendizado da Língua de Sinais não prejudica o desenvolvimento das crianças surdas, mas, ao contrário, ajudavam-nas no seu desenvolvimento escolar sem prejuízo para as suas habilidades orais. Atualmente a Língua de Sinais é considerada como a língua natural dos surdos, pois ela é adquirida de forma espontânea sem que seja preciso um treinamento específico.

Para Koslowisky (1997), as próteses auditivas digitais possibilitam maior potência com melhor qualidade sonora para adaptação em crianças. Os implantes cocleares multicanal também têm sido uma opção para os que não se beneficiam da prótese auditiva. Além disso, na área da informática, a quantidade de softwares que exploram a imagem visual é cada vez mais comum no mercado, facilitando uma série de acessos aos educadores de surdos.

Entretanto, é importante a conscientização de que toda esta tecnologia

disponível não é de acesso a toda a população surda, especialmente considerando-se nossa realidade social, cultural e econômica. Além do mais, ainda que toda essa tecnologia fosse acessível, ela por si não garante o desenvolvimento lingüístico, identificatório e cultural do sujeito surdo. A utilização destes recursos não garantirá que esses sujeitos serão oralizados e integrados na sociedade, como assim defende a premissa oralista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procurou-se estabelecer um diálogo entre o referencial teórico apresentado e a realidade encontrada, ou seja, a prática efetiva desencadeada por meio da inclusão de alunos com a deficiência auditiva no espaço do ensino regular, procurando nas observações feitas as razões que forneçam sustentação ao processo de inclusão e o confronto com a realidade encontrada.

Com tudo, observou-se a necessidade e uma melhor elaboração do planejamento e de prática pedagógica, por parte da gestão escolar e dos professores. As aulas precisam abarcar a diversidade e necessidades com atividades variadas, que se adéque ao aprendizado do aluno com deficiência. Viu-se também a importância da presença do intérprete na sala de aula.

Pode-se afirmar que mesmo com um programa político específico e direcionado aos alunos com deficiência, nas escolas regulares, ainda há diversos entraves para que tal

programa funcione no sentido de diminuir as distancias e desigualdades enfrentadas pelos alunos que necessitam de uma educação especial. Por fim, a inclusão social implica a conquista de espaço social, condição esta almejada não somente pelas pessoas com necessidades especiais, mas por todos os excluídos do processo produtivo da sociedade.

Percebe-se que é preciso uma reformulação do papel da Educação Especial sobre este novo palco educacional que vem se definindo. Para viabilizar este processo é essencial que os professores especialistas sirvam de suporte para os do ensino regular visto que estes não estão capacitados para receber esse alunado e se sentem despreparados para esta nova realidade. Para essa política, é importante que o ensino especializado tenha lugar no ensino inclusivo, mesmo parecendo um paradoxo, mas somente assim, será possível um aprendizado significativo e eficaz dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.394/96. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC/Brasília – DF. 1996.

DIAS, Vera L. L. **Rompendo a Barreira do Silêncio**. Dissertação em Educação pela UERJ. Rio de Janeiro, 2006.

GLAT, Rosana. (Org.). **O método de história de vida na pesquisa em educação especial**. Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, Mai-Ago. 2004, v.10, n.2.

GLAT, R.; OLIVEIRA, E. da S. G. **Adaptações Curriculares**. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003.

KOSLOWSKI, L. **A proposta bilíngüe de educação do surdo**. Revista Espaço, 10:47-53, dez, 1998.

MENDES, Enicéia G. **O que a comunidade quer saber sobre educação inclusiva**. Ver. Bras. Ed. Esp. Marília, Jul-Dez. 2003, v.9, n.2.

OLIVEIRA, Mércia C. **Avaliação de Necessidades Educacionais Especiais: construindo uma nova prática educacional**. Dissertação em Educação pela UERJ: Rio de Janeiro, 2008.

REDIG, Annie G. **Ressignificando a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva: a visão de professores especialistas**. Dissertação em Educação pela UERJ: Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, D. **Dez ideias (mal)feitas sobre a educação inclusiva**. In: RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e Educação:**

doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SACKS, O. **Vendo Vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, A. A. **A surdez e a pessoa surda**: revisão e tópicos Básicos. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

TEIXEIRA, A. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação** – a escola progressiva, ou, a transformação da escola. Rio de Janeiro: DPeA, 2000.

VANNI, Julio César. **Aspectos Pedagógicos da Educação do Surdo-mudo**. A. A. Surdos do Brasil, 1952.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.